

**PROCURADOR**  
**PGE PB**  
**SIMULADO DE LEGISLAÇÃO LOCAL**



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PGE-PB;
- 2 – A prova contém **50 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelo nosso professor Igor Maciel, com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames de Procuradorias;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, o nosso professor iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

**PREENCHA O GABARITO**

<http://bit.ly/Simulado-PGE-PB-16-11>



Cartão de Respostas							
1		11		21		31	41
2		12		22		32	42
3		13		23		33	43
4		14		24		34	44
5		15		25		35	45
6		16		26		36	46
7		17		27		37	47
8		18		28		38	48
9		19		29		39	49
10		20		30		40	50

**PROVA OBJETIVA**

**01.** A respeito da Lei Complementar nº 86, de 01 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado e institui o Estatuto dos Procuradores do Estado da Paraíba, assinale a alternativa correta:

- a) A Procuradoria Geral do Estado é instituição de excelência na defesa dos interesses do Estado da Paraíba, não incumbindo-lhe a representação judicial dos órgãos integrantes do Poder Judiciário Estadual, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público Estadual e da Assembleia Legislativa.
- b) A Procuradoria Geral do Estado exerce, em concomitância com outros órgãos, a representação global do Estado em juízo, o assessoramento direto do Governador, a consultoria superior do Poder Executivo e o controle jurídico-administrativo dos órgãos e entidades da administração estadual.
- c) A indisponibilidade do interesse público e coletivo é um princípio institucional da Procuradoria Geral do Estado.
- d) A defesa dos interesses da Administração Estadual junto aos órgãos de fiscalização financeira e orçamentária, interna e externa não é função institucional da Procuradoria Geral do Estado, uma vez que é uma atribuição da Secretaria Estadual de Fazenda.
- e) É função institucional da Procuradoria Geral do Estado opinar, posteriormente, em caráter homologatório, sobre a forma de cumprimento de decisões e precatórios judiciais.

**02.** A respeito da Lei Complementar nº 86, de 01 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado e institui o Estatuto dos Procuradores do Estado da Paraíba, correlacione a primeira com a segunda coluna:

Coluna I

- (1) Atribuição do cargo de Procurador do Estado;
- (2) Atribuição do cargo de Procurador-Geral Adjunto do Estado;
- (3) Atribuição do cargo de Procurador-Geral do Estado;

Coluna II

- ( ) promover a uniformidade do entendimento das leis aplicáveis à Administração Estadual, prevenindo e dirimindo conflitos de interpretação entre seus órgãos, podendo emitir súmulas administrativas e pareceres normativos que terão natureza vinculante perante os órgãos e entidades da Administração Estadual;
- ( ) denunciar agentes públicos ao Governador e ao Ministério Público, propondo, inclusive, a abertura de processo administrativo e instauração de ação penal, nos casos de malversação de verbas do erário estadual ou quando da ocorrência de ato administrativo praticado com excesso de poder ou desvio de finalidade;
- ( ) planejar, orientar, dirigir e controlar, em articulação com o Procurador Geral do Estado, as atividades dos Órgãos da estrutura organizacional da PGE;
- ( ) autorizar a não apresentação de recursos nos processos judiciais de interesse da Fazenda Pública Estadual;
- ( ) substituir, eventual e automaticamente, o Procurador Geral do Estado, em seus impedimentos, férias, licenças ou afastamentos temporários;
- ( ) sugerir a declaração de nulidade de qualquer ato administrativo ou sua revogação;

Assinale a alternativa que contém a sequência correta:

- a) 3, 1, 2, 3, 2, 1;
- b) 1, 3, 1, 2, 2, 3;
- c) 2, 2, 3, 1, 3, 1;
- d) 1, 3, 2, 3, 2, 1;
- e) 3, 3, 2, 1, 2, 1;

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

**03.** A respeito do concurso público, posse, exercício e estágio de adaptação dos Procuradores do Estado da Paraíba, à luz da Lei Complementar 86/2008, assinale a alternativa correta:

- a) É requisito para a inscrição no concurso de ingresso a comprovação de três anos de atividade jurídica.
- b) O Procurador do Estado tomará posse dentro de trinta dias da data da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta, a pedido do interessado.
- c) O Procurador do Estado deverá entrar em exercício no prazo de trinta dias da conclusão do estágio de adaptação, prorrogável por igual tempo, havendo motivo de força maior, reconhecido pelo Procurador Geral do Estado.
- d) Os Procuradores do Estado, depois de empossados, participarão de estágio de adaptação, pelo período de três anos.
- e) A posse de Procures do Estado não poderá efetuar-se mediante procuração.

**04.** O Corregedor-Geral, no período compreendido entre os três últimos meses antes de decorrido o triênio, remeterá ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado relatório circunstanciado sobre a atuação pessoal e funcional dos Procuradores do Estado em estágio, concluindo, fundamentadamente, pela sua confirmação ou não, com base em alguns requisitos. Assinale a alternativa que não apresenta um deles:

- a) idoneidade moral;
- b) disciplina;
- c) dedicação ao trabalho;
- d) eficiência no desempenho das funções;
- e) cordialidade no trato com o público e com os demais servidores.

**05.** A respeito das garantias e prerrogativas dos Procuradores do Estado da Paraíba, previstas na LC 86/08, assinale a alternativa correta:

- a) a irredutibilidade de subsídio é uma prerrogativa;
- b) Ao Procurador do Estado será fornecida carteira de identidade funcional, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, para fins de uso no desempenho de suas atribuições, podendo requisitar das autoridades policiais, de trânsito, fiscais e sanitárias as providências que se fizerem necessárias ao cumprimento de suas atribuições.
- c) As garantias e prerrogativas dos Procuradores do Estado são inerentes ao exercício de suas funções e são renunciáveis.
- d) É uma garantia dos Procuradores do Estado ser custodiado ou recolhido à prisão domiciliar ou à sala especial de Estado Maior, por ordem e à disposição do Tribunal competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final.
- e) Gozar de inviolabilidade pelas opiniões que externar ou pelo teor de suas manifestações processuais ou em procedimentos é uma garantia dos Procuradores do Estado.

**06.** Nos termos da Lei Complementar nº 86/08, é vedado ao Procurador do Estado exercer suas funções em processo judicial ou administrativo, **EXCETO:**

- a) em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;
- b) em que em seja parte;
- c) em que haja atuado como advogado de qualquer das partes;
- d) em que seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, inclusive até o terceiro grau, bem como cônjuge ou companheiro;
- e) nas hipóteses da legislação processual.

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

**07.** A respeito da remuneração, vantagens e direitos dos Procuradores do Estado da Paraíba, à luz da previsão na Lei Complementar nº 86/2008, assinale a alternativa correta:

- a) A remuneração por subsídio aplica-se aos Procuradores do Estado ativos e inativos, bem como aos pensionistas de Procurador do Estado, e poderá implicar, em situações excepcionais, a redução de remuneração, de proventos e de pensões.
- b) Ao Procurador do Estado removido de ofício para sede de exercício, importando ou não em alteração do domicílio legal, será paga uma ajuda de custo correspondente a um mês de remuneração, para indenização das despesas de mudança, transporte e instalação na nova sede do exercício.
- c) No que tange ao pagamento de diárias, na hipótese de o Procurador do Estado retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo de 05 (cinco) dias.
- d) Ao cônjuge sobrevivente ou ao companheiro e, em sua falta, aos herdeiros do Procurador do Estado falecido, exceto se aposentado ou em disponibilidade, será paga importância descrita na Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, para atender às despesas de funeral e luto.
- e) A remuneração dos Procuradores do Estado é constituída por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, não podendo ultrapassar, em nenhuma hipótese, o limite previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

**08.** No que tange às licenças a serem concedidas aos Procuradores do Estado, conforme previsão da Lei Complementar nº 86/08 assinale a alternativa correta:

- a) A licença para aperfeiçoamento jurídico é não remunerada.
- b) A licença para tratamento de saúde será deferida pelo Governador do Estado, após inspeção realizada pela Junta Médica do Estado.
- c) A licença gestante, por 120 (cento e vinte) dias, observará, dentre outras, a condição de que no caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

d) A licença para casamento será concedida pelo prazo de 8 (oito) dias, findos os quais deverá haver comprovação da celebração do matrimônio, sob pena de desconto em folha dos dias licenciados e sem prejuízo das penalidades disciplinares cabíveis.

e) A licença por luto, em virtude de falecimento de pessoa da família, será deferida pelo prazo de uma semana, contado da data do óbito, em virtude de falecimento de parente em linha reta, afim ou colateral até o segundo grau do Procurador do Estado.

**09.** A respeito do Regime Disciplinar previsto na Lei Complementar nº86/2008, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Qualquer pessoa poderá reclamar ao Corregedor-Geral da Procuradoria Geral do Estado sobre os abusos, erros ou omissões de Procuradores do Estado sujeitos à correição.
- b) A desobediência às determinações e às instruções dos órgãos da Direção Superior da Procuradoria Geral do Estado é punida com a pena de advertência reservadamente por escrito.
- c) Considera-se abandono de cargo a ausência do Procurador do Estado ao exercício de suas funções, sem causa justificada, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. Equiparam-se ao abandono de cargo as faltas injustificadas por mais de 30 (trinta) dias intercalados, no período de 12 (doze) meses.
- d) A penalidade de demissão, enquanto não decorrido o estágio probatório, será aplicada no caso de conduta incompatível com o exercício do cargo.
- e) Na aplicação das penalidades disciplinares, considerar-se-ão a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para o serviço e os antecedentes do infrator.

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

**10.** A respeito da prescrição prevista no Regime Disciplinar estabelecido pela Lei Complementar nº 86/2008, julgue os itens a seguir:

- ( ) Prescreverá em um ano a falta punível com advertência ou censura.
- ( ) Prescreverá em dois anos, a falta punível com censura e suspensão.
- ( ) Prescreverá em cinco anos, a falta punível com suspensão.
- ( ) Prescreverá em cinco anos, a falta punível com demissão ou cassação de disponibilidade.
- ( ) A prescrição começa a correr no dia em que a Administração tomar ciência do cometimento da falta.
- ( ) A prescrição começa a correr no dia em que a falta foi cometida.
- ( ) A prescrição começa a correr no dia que tenha cessado a continuidade ou permanência, nas faltas continuadas ou permanentes.
- ( ) Interrompem a prescrição a instauração de processo administrativo e a citação para a ação de perda do cargo.
- ( ) Interrompem a prescrição apenas a instauração de processo administrativo.

Assinale a alternativa que possui a sequência correta:

- a) V, F, F, V, V, F, V, V, F;
- b) V, F, V, F, V, F, V, V, F;
- c) F, V, V, V, F, F, V, F, V;
- d) V, V, F, V, F, V, F, F, V;
- e) F, F, F, V, F, V, F, V, F;

**11.** A respeito do Processo Disciplinar estabelecido pela Lei Complementar nº 86/2008, assinale a alternativa correta:

- a) A apuração das infrações será feita por sindicância ou processo administrativo disciplinar, que serão instaurados pelo Procurador-Geral do Estado, de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada, assegurado o direito à ampla defesa.
- b) A sindicância, após o ato de sua instauração, será remetida ao Corregedor-Geral do Estado, encarregada do processamento.

- c) Em virtude de seu caráter meramente informativo e não comportar o contraditório ou a necessidade de apresentação de defesa, da sindicância, não poderá resultar nem uma penalidade a servidor.
- d) Durante o processo administrativo, poderá o Procurador Geral do Estado afastar o acusado do exercício do cargo, com prejuízo de sua remuneração, pelo prazo máximo de trinta dias.
- e) O processo administrativo será presidido pelo Corregedor-Geral do Estado, salvo quando o acusado for o Procurador Geral do Estado, ocasião em que os autos serão encaminhados ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado.

**12.** Tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 86/2008, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

*Art. 100. O processo administrativo iniciar-se-á dentro de \_\_\_\_ dias após a expedição da sua portaria de instauração e deverá estar concluído dentro de \_\_\_\_ dias, prorrogáveis por mais \_\_\_\_ dias, a juízo da Câmara de Ética e de Disciplina, à vista de proposta fundamentada do Presidente.*

- a) 10, 30, 30;
- b) 5, 60, 30;
- c) 10, 60, 60;
- d) 5, 30, 15;
- e) 5, 90, 30.

**13.** à luz da Lei Complementar nº 86/2008, os recursos, que terão, sempre, efeito suspensivo, serão conhecidos pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado. Assinale a alternativa que indica uma hipótese da qual não caiba recurso:

- a) de estabilidade ou não de Procurador do Estado;
- b) condenatória em processo administrativo disciplinar;
- c) proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade;
- d) de disponibilidade ou remoção de Procurador do Estado por motivo de interesse público;
- e) que determinarem a instauração de sindicância e os atos de mero expediente.

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

**14.** A respeito da revisão do processo administrativo, previsto na Lei Complementar nº 86/2008, assinale a alternativa correta:

- a) Uma das possibilidades que ensejam a revisão do processo administrativo disciplinar é a alegação da injustiça da decisão.
- b) A instauração do processo revisional não poderá ser determinada de ofício pelo Procurador Geral do Estado.
- c) O pedido de revisão será dirigido ao Corregedor-Geral, que, se o admitir, determinará o apensamento da petição ao processo disciplinar e sorteará Comissão Revisora composta de três Procuradores do Estado.
- d) A Comissão Revisora, no prazo de 10 (dez) dias, relatará o processo e o encaminhará ao Procurador Geral do Estado.
- e) Julgada procedente a revisão, será tornada sem efeito a sanção aplicada, restabelecendo-se, em sua plenitude, os direitos atingidos pela punição, mesmo se for o caso de aplicar-se pena inferior.

**15.** No que tange à Orientação Normativa e Supervisão Técnica dos Órgãos e Entidades Administrativas, nos termos da Lei Complementar nº 86 de 2008, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Sujeitam-se à orientação normativa e à supervisão técnica da Procuradoria Geral do Estado os órgãos, assessorias e unidades jurídicas da Administração Direta, das autarquias estaduais e fundações instituídas e mantidas pelo Estado.
- b) Cabe ao Procurador Geral do Estado, quando necessário, expedir recomendações dirigidas aos órgãos, assessorias e unidades jurídicas da Administração Direta, das autarquias e fundações mencionadas no artigo anterior, no sentido de que sejam alteradas as teses jurídicas sustentadas nas ações da responsabilidade daquelas entidades, visando a adequá-las à jurisprudência dominante no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal. Referidas recomendações têm natureza vinculante e são de observância obrigatória.
- c) O Procurador Geral do Estado, na defesa dos interesses deste e em situações que possam trazer reflexos de natureza econômica, ainda que indiretos, ao erário estadual, pode avocar ou integrar e coordenar os trabalhos judiciais e extrajudiciais a cargo de órgãos, assessorias ou

unidades jurídicas de autarquias estaduais ou de fundações instituídas e mantidas pelo Estado.

- d) O Procurador Geral do Estado, com a finalidade de suprir deficiências ocasionais de órgãos, assessorias ou unidades jurídicas de autarquias estaduais ou de fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, pode designar, para prestar-lhes colaboração temporária, Procurador do Estado, que, nessa oportunidade, será investido, também temporariamente, dos mesmos poderes conferidos aos integrantes dos órgãos e entidades autárquicas e fundacionais
- e) Mesmo no caso de ausência de Procurador, Assessor ou Advogado, o Procurador Geral do Estado não poderá assumir a representação judicial de autarquias estaduais e de fundações instituídas e mantidas pelo Estado.

**16.** Sobre as disposições finais e transitórias da Lei Complementar nº 86/2008, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Lei Complementar nº 86/2008 criou a Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado.
- b) Fica criada a Medalha do Mérito "Procurador José Américo de Almeida", a ser conferida anualmente ao Procurador do Estado que vai tenha logrado êxito em ações judiciais.
- c) O produto da arrecadação da dívida ativa estadual será depositado em conta bancária específica, sob a gerência e responsabilidade da Secretaria de Estado da Receita, obrigando-se o órgão gestor a informar à Procuradoria Geral do Estado, mensalmente, o montante total dos recursos aportados referentes ao período de respectiva apuração.
- d) Somente será permitido o afastamento de 03 (três) Procuradores do Estado, para fins da realização de pós-graduação.
- e) A cessão de Procurador do Estado para qualquer órgão dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal somente poderá se efetivar com ônus para o ente cessionário, salvo para cumprir tarefa jurídica específica, de duração não superior a cento e vinte dias, ou para exercer, na Administração Estadual, cargo de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalente na administração autárquica, nos Municípios, nos Estados e no Distrito Federal, inclusive como Chefe de Órgãos Jurídicos, admitida, no caso, a opção remuneratória, sendo limitado em cinco o número de Procuradores do

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

Estado afastados da Procuradoria Geral do Estado.

**17.** No que tange à Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado da Paraíba, assinale a alternativa correta:

- a) Servidor é a pessoa legalmente investida em carreira específica.
- b) Cargo público é o conjunto de atribuições e de responsabilidades cometidas a um servidor na estrutura organizacional.
- c) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por decreto, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- d) Em regra, é possível a prestação de serviços gratuitos.
- e) A investidura em cargo público ocorrerá com o exercício.

**18.** À luz da LC 58/03, assinale a alternativa que corresponde, concomitantemente, a uma forma de provimento e de vacância de cargo público:

- a) nomeação;
- b) readaptação;
- c) exoneração;
- d) reversão;
- e) recondução.

**19.** A respeito das disposições da Lei Complementar nº 58/03, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Aos portadores de deficiência, serão reservadas vagas correspondentes a 15% (quinze por cento) do total oferecido.
- b) Não se abrirá novo concurso, enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior cuja validade não tenha expirado.
- c) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, enquanto que o exercício ocorre em quinze dias, contados da posse.

d) No ato da posse, o servidor apresentará declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

e) A autoridade competente fixará prazo de até trinta dias, notificado o interessado, para retomada do exercício, em sua nova lotação, pelo servidor removido, redistribuído, requisitado,

**20.** Atentos às disposições da Lei Complementar nº 58/03, a situação na qual o servidor aposentado por invalidez retorna, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria é chamada de:

- a) readaptação;
- b) disponibilidade;
- c) aproveitamento;
- d) reversão;
- e) reintegração.

**21.** Considere a seguinte situação hipotética: Raíssa foi exonerada do cargo que ocupava, razão pela qual Alice foi chamada para ocupar o seu lugar. Contudo, Raíssa comprovou que a exoneração ocorreu de forma indevida e conseguiu decisão judicial para que retornasse ao cargo anteriormente ocupado. Nessa situação, o que ocorrerá com Raíssa e com Alice?

- a) Raíssa será reconduzida e Alice será reintegrada;
- b) Raíssa será reintegrada e Alice será reconduzida ou aproveitada em outro cargo;
- c) Raíssa será posta em disponibilidade e Alice mantida no cargo;
- d) Raíssa e Alice serão reintegradas;
- e) Raíssa será reintegrada e Alice exonerada.

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

**22.** A respeito da remoção e da redistribuição previstas na Lei Complementar nº 58/03, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Remoção é o deslocamento do servidor para outra repartição, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- b) A remoção pode ocorrer de ofício, a pedido a critério da Administração ou a pedido independentemente do interesse da Administração.
- c) O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser exonerado.
- d) Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, com prévia apreciação da Secretaria de Administração.
- e) Nos casos de reorganização ou de extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento.

**23.** A respeito dos direitos e vantagens previstos na LC nº 58/03, assinale a alternativa correta:

- a) Nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou o provento.
- b) Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da Administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.
- c) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o valor do débito descontado de sua rescisão.
- d) Decreto poderá criar vantagens, fixando os respectivos valores e estabelecendo as condições de percepção.
- e) As vantagens pecuniárias serão computadas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores.

**24.** No que tange aos direitos e vantagens previstos na LC nº 58/03, assinale a alternativa correta:

- a) Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes indenizações: gratificações e adicionais.
- b) As diárias destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio civil, em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou o companheiro que detenha também a condição de servidor vir a ter exercício na mesma sede.
- c) Nos casos em que o deslocamento do servidor constituir exigência permanente do exercício do cargo serão devidas diárias.
- d) A gratificação natalina será considerada para cálculo de outras vantagens pecuniárias.
- e) A gratificação de produtividade destina-se a incentivar o servidor do grupo fiscal a promover maior rendimento no exercício de suas atribuições específicas.

**25.** Sobre os direitos e vantagens previstos na LC nº 58/03, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A gratificação de assessoria especial poderá ser concedida pelo desempenho de assessoramento direto e especializado a Secretário de Estado e a dirigente máximo de órgão subordinado diretamente à Governadoria, desde que o ocupante possua notórios conhecimentos técnicos sobre a área de atuação.
- b) A gratificação de exercício em órgãos fazendários poderá ser concedida aos servidores com exercício na Secretaria de Finanças e na Secretaria de Controle da Despesa Pública que sejam titulares de cargos e funções integrantes da estrutura desta.
- c) A gratificação de interiorização poderá ser concedida ao servidor que desempenhe atividades em localidades do interior do Estado de difícil acesso e em condições adversas.
- d) A gratificação de atividades especiais poderá ser concedida a servidor ou a grupo de servidores, pelo desempenho de atividades especiais ou excedentes às atribuições dos respectivos cargos ou pela participação em comissões, grupo ou equipes de trabalho constituídas através de ato do Governador do Estado.
- e) A gratificação pelo exercício em gabinete poderá ser concedida ao servidor em razão da posição e

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

do desempenho de atividades de apoio junto aos "e" correta de acordo com o art. 68.

**26.** A respeito da gratificação por trabalho noturno, analise a afirmação e assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

Art. 77 O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre \_\_\_\_ horas de um dia e \_\_\_\_ horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de \_\_\_\_\_, computando-se cada hora como \_\_\_\_\_.

- a) 22h; 05h; 25%; 52min30seg;
- b) 23h; 05h; 25%; 50min;
- c) 22h; 05h; 20%; 52min30seg;
- d) 23h; 06h; 20%; 55min30seg;
- e) 22h; 06h; 20%; 52min30seg.

**27.** A respeito das licenças previstas na LC 58/03, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Poderá ser concedido licença ao servidor por motivo de doença, comprovada por junta médica oficial, do cônjuge, do companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto, da madrasta, do enteado ou de dependente que viva às suas expensas devidamente indicado no registro funcional. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com exercício do cargo ou mediante compensação de horário.
- b) Poderá ser concedido licença, remunerada e com contagem de tempo de serviço, para que o servidor acompanhe cônjuge ou companheiro durante exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) Ao servidor convocado para o serviço militar será concedido licença, na forma e condições previstas na legislação específica. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias não remunerados, para reassumir o exercício do cargo.
- d) O servidor terá direito à licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- e) Como dispuser legislação específica, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se

do exercício do cargo efetivo, sem prejuízo da respectiva remuneração, para participar de curso de capacitação, treinamento, reciclagem e aperfeiçoamento.

**28.** A Lei Complementar nº 58/03 trouxe a precisão de algumas concessões aos servidores públicos. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito das concessões:

- a) Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por um dia, para doação de sangue devidamente comprovada.
  - b) Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por até 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor.
  - c) Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por até 8 (oito) dias consecutivos em razão de casamento.
  - d) Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por até 5 (cinco) úteis, no caso do homem, pelo nascimento ou adoção de filhos.
  - e) Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por até 08 (oito) dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob tutela e irmãos.
- 29.** A respeito do direito de petição estabelecido pela Lei Complementar nº 58/03, assinale a alternativa correta:
- a) É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.
  - b) O requerimento será dirigido à autoridade competente, para decidi-lo, e, portanto, encaminhado diretamente do requerente à autoridade competente.
  - c) Cabe pedido de reconsideração, não renovável, à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão. O requerimento e o pedido de reconsideração deverão ser despachados no prazo de 15 (quinze) dias e decididos dentro de 20 (vinte) dias.
  - d) Não caberá recurso do indeferimento do pedido de reconsideração.
  - e) O recurso não terá efeito suspensivo.

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

**30.** A respeito do Regime Disciplinar previsto na Lei Complementar nº 58/03, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O dever de atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo não se aplica aos Procuradores do Estado.
- b) Ao servidor é proibido obter proveito pessoal ou favorecer outrem, em razão do cargo ou função pública.
- c) O servidor que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado daqueles, percebendo apenas a remuneração do cargo em comissão.
- d) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- e) A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

**31.** A respeito do Regime Disciplinar previsto na Lei Complementar nº 58/03, correlacione a primeira com a segunda coluna:

Coluna I

- (1) Advertência;
- (2) Suspensão;
- (3) Demissão;

Coluna II

- ( ) inassiduidade habitual;
- ( ) opor resistência injustificada ao andamento oportuno de processo, procedimento ou serviço;
- ( ) reincidência nas faltas punidas com advertência;
- ( ) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- ( ) não se submeter, no prazo que lhe for assinado, à inspeção médica justificadamente determinada pela autoridade competente;
- ( ) ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- ( ) recusar-se a atualizar seus dados cadastrais, quando solicitado;
- ( ) acumulação ilegal de remuneração;

- a) 3, 1, 2, 1, 2, 3, 1, 3;
- b) 2, 3, 1, 2, 3, 1, 3, 2;
- c) 1, 2, 3, 1, 2, 3, 1, 3;
- d) 3, 2, 1, 3, 1, 2, 2, 1;
- e) 2, 1, 3, 2, 1, 2, 3, 1.

**32.** No que tange ao Processo Administrativo Disciplinar previsto na Lei Complementar nº 58/03, assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público pode promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ampla defesa e o contraditório ao acusado.
- b) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, ainda que formuladas verbalmente, contendo a identificação e o endereço do denunciante.
- c) A sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias.
- d) O prazo para conclusão da sindicância não excederá 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade que a determinou.
- e) Como medida cautelar, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá, fundamentadamente, determinar o afastamento do servidor do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração, de forma improrrogável.

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

**33.** Julgue os itens a seguir, com “V” para verdadeiro e “F” para falso.

De acordo com o art. 2º da Constituição do Estado da Paraíba, são objetivos prioritários do Estado:

- ( ) garantia da efetividade dos direitos objetivos públicos do indivíduo e dos interesses da coletividade;
- ( ) garantia da efetividade dos mecanismos de controle, pelo cidadão e segmentos da comunidade estadual, da legalidade e da legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos;
- ( ) regionalização das ações administrativas, em busca do equilíbrio no desenvolvimento das coletividades;
- ( ) retirada do homem no campo;
- ( ) respeito aos direitos das majorias, conforme determina o sistema democrático;

Assinale a alternativa correta:

- a) F, V, V, F, F;
- b) V, V, V, F, F;
- c) F, V, F, V, F;
- d) V, F, F, V, V;
- e) V, V, F, F, F.

**34.** A respeito dos princípios fundamentais do Estado da Paraíba julgue as alternativas a seguir:

- ( ) incide na penalidade de destituição de mandato administrativo, de cargo ou função de direção, em órgão da administração direta ou indireta, o agente público que, dentro de noventa dias do requerimento do interessado, deixar, injustificadamente, de sanar omissão inviabilizadora do exercício de direito constitucional.
- ( ) depende do pagamento de taxa ou de emolumento ou de garantia de instância, o exercício do direito de petição ou representação, bem como a obtenção de certidão para a defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal.
- ( ) ninguém será discriminado ou, de qualquer forma, prejudicado pelo fato de litigar com órgão estadual, no âmbito administrativo ou judicial.
- ( ) nos processos administrativos, qualquer que seja o objeto e o procedimento, observar-se-ão,

entre outros requisitos de validade, a publicidade, o contraditório, a ampla defesa e o despacho ou decisão motivados.

- ( ) todos têm o direito de requerer e de obter, em prazo razoável, quaisquer informações sobre projetos do Poder Público.
- a) V, F, V, V, F;
- b) F, F, F, F, V;
- c) F, F, V, V, F;
- d) V, V, F, V, V;
- e) V, V, V, F, F;

**35.** Sobre os direitos e garantias fundamentais estabelecidas pela Constituição Estadual da Paraíba, assinale com 1 as alternativas que forem direitos assegurados ao presidiário e 2 as que não forem:

- ( ) respeito à integridade moral e física, salvo punição disciplinar;
  - ( ) informação de seus direitos, inclusive o de permanente assistência médica, jurídica, espiritual e familiar;
  - ( ) identificação dos responsáveis por seu interrogatório e condenação, mas não dos responsáveis por sua prisão, já que este último é um ato meramente executório;
  - ( ) acesso aos dados relativos à execução da respectiva pena;
  - ( ) aprendizado profissionalizante e trabalho produtivo, mas sem remuneração;
  - ( ) indenização, para si ou para seus beneficiários, nos casos de lesão ou morte durante o período de apenamento;
  - ( ) acesso à notícia gerada fora do ambiente carcerário.
  - ( ) ser submetido a exame completo e periódico de saúde, com intervalo não superior a doze meses, adotando-se de imediato as providências que couberem, sob pena de responsabilidade do órgão competente.
- a) 1, 2, 1, 2, 1, 2, 1, 2;
  - b) 1, 1, 1, 1, 2, 2, 2, 2;
  - c) 1, 2, 1, 2, 1, 1, 2, 1;
  - d) 2, 1, 2, 1, 2, 1, 1, 2;
  - e) 2, 2, 1, 2, 2, 1, 2, 1.

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

**36.** Ao Estado da Paraíba é vedado, exceto:

- a) edificar templos religiosos, promover cultos, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração;
- b) recusar fé aos documentos públicos;
- c) fazer distinções ou estabelecer preferências entre brasileiros;
- d) renunciar à receita e conceder isenções e anistias fiscais sem interesse público justificado definido em lei;
- e) realizar operações externas de natureza financeira, com prévia autorização do Senado Federal.

**37.** Analise as competências a seguir, estabelecidas pelas Constituição do Estado da Paraíba, e marque com:

- 1 – Para competência exclusiva do Estado da Paraíba;
- 2 – Para competência privativa e concorrente com a União;

3 – Competência comum do Estado da Paraíba, com os seus Municípios e com a União

- ( ) intervir nos Municípios;
- ( ) legislar sobre produção e consumo
- ( ) zelar pela guarda da Constituição Federal, desta Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- ( ) instituir, por lei, plano plurianual de saneamento básico, estabelecendo diretrizes e programas para as ações nesse campo, com dotações previstas no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do Estado;
- ( ) manter e preservar a segurança, a ordem pública e a incolumidade da pessoa e do patrimônio;
- ( ) legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde;

Assinale a alternativa que corresponde à sequência correta:

- a) 1, 2, 3, 1, 2, 3;

- b) 3, 2, 1, 1, 2, 3;

- c) 2, 1, 3, 2, 3, 1;

- d) 1, 2, 3, 3, 1, 2;

- e) 2, 3, 1, 2, 1, 3.

**38.** Dentre as assertivas a seguir, assinale a única que **NÃO** corresponde a uma competência do Estado da Paraíba:

- a) promover medidas de caráter preventivo sobre o fenômeno das secas, através de uma comissão permanente, composta de representantes dos setores competentes estaduais e regionais, devendo a comissão elaborar relatório anual, distribuindo-o com os Municípios para adoção das devidas providências.

- b) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, proporcionando assistência técnica e extensão rural ao produtor.

- c) instituir, por lei, plano plurianual de saneamento básico, estabelecendo diretrizes e programas para as ações nesse campo, com dotações previstas no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do Estado.

- d) estabelecer princípios e diretrizes para o sistema regional de viação.

- e) proteção à infância, à juventude e à velhice.

**39.** De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, é competência do Município, **EXCETO**:

- a) Decretar e executar intervenção no Município, nos casos e na forma previstos na Constituição Federal e nesta Constituição;

- b) assegurar a defesa da ecologia, mediante convênios com o Estado e a União, nos termos da legislação superior pertinente.

- c) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

- d) promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

- e) legislar sobre assuntos de interesse local;

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

**40.** Nos termos da Constituição da Paraíba, são princípios administrativos expressos:

- a) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência;
- b) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, segurança jurídica;
- c) legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade, eficiência, segurança jurídica;
- d) legalidade, interesse público, moralidade, publicidade, eficiência;
- e) legalidade, interesse público, motivação, probidade, eficiência e segurança jurídica.

**41.** A respeito da Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba julgue os itens a seguir:

- ( ) A segurança e a defesa social devem ser exercidas por meio de um sistema organizacional submetido ao comando do Presidente do Tribunal de Justiça.
- ( ) O Conselho Estadual de Trânsito e o Departamento Estadual de Trânsito integram o sistema organizacional da segurança e da defesa social.
- ( ) A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar terão estatutos próprios e serão organizados pela legislação complementar, em carreiras regidas pelos princípios da hierarquia e da disciplina.
- ( ) Os órgãos que integram o sistema organizacional da segurança e da defesa social são vinculados, funcional e operacionalmente, à orientação e ao planejamento do Ministério Público do Estado, que exerce controle sobre a atividade policial.

Assinale a alternativa correta:

- a) V, F, F, V;
- b) V, V, V, V;
- c) F, V, V, F;
- d) F, F, F, V;
- e) V, V, V, F.

**42.** De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, Lei complementar de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça disporá sobre algumas matérias, **EXCETO**:

- a) destituição do Procurador-Geral de Justiça por deliberação da maioria absoluta e por voto secreto da Assembleia Legislativa.
- b) controle externo da atividade policial.
- c) normas específicas de organização, atribuições e estatuto do Ministério Público, observados, dentre outros, o princípio de vencimentos fixados com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra entrância e da entrância mais elevada para o cargo de Procurador de Justiça, garantindo-se a este, vencimentos não inferiores à remuneração em espécie e a qualquer título do maior teto fixado como limite no âmbito dos Poderes do Estado.
- d) criação, extinção, formas de provimento e regime jurídico de cargo, funções ou empregos públicos ou que aumentem sua remuneração, criação e estrutura de secretarias e órgãos da administração e dos serviços públicos e matérias tributária e orçamentária.
- e) pensão integral por morte, reajustável sempre que forem elevados os vencimentos e proventos dos membros ativos e inativos e na mesma base.

**43.** O art. 133 da Constituição Paraibana determina que "A Procuradoria-Geral do Estado, órgão central do sistema jurídico do Estado, tem por competência exclusiva e indelegável a representação judicial e extrajudicial do Estado, além do desempenho das funções de assessoramento, de consultoria jurídica do Poder Executivo, de outros encargos que lhe forem outorgados por lei e, especialmente: (...)." Assinale a assertiva a seguir que **NÃO** corresponde a uma atribuição da Procuradoria Geral do Estado:

- a) a representação do Governo do Estado junto aos conselhos de administração, assembleias gerais, ou órgãos equivalentes, nas entidades da administração indireta estadual;
- b) a unificação e a divulgação da jurisprudência administrativa predominante do Estado;
- c) a fixação e controle da orientação jurídico-normativa que deve prevalecer para todos os órgãos da administração estadual;
- d) a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

e) a defesa dos interesses da Fazenda Pública estadual, com prevalência para a cobrança da dívida ativa de natureza tributária.

**44.** A respeito da Advocacia Geral do Estado da Paraíba assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) São princípios institucionais inerentes à Advocacia do Estado: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- b) É assegurado ao Procurador do Estado independência no exercício das funções e férias anuais de sessenta dias, facultado o gozo em períodos descontínuos;
- c) Aos Procuradores do Estado é vedado o exercício da advocacia fora das funções da Advocacia Geral do Estado.
- d) O Procurador-Geral do Estado e o Procurador-Geral Adjunto são órgãos que integram a Procuradoria-Geral do Estado.
- e) A Procuradoria-Geral do Estado, órgão central do sistema jurídico do Estado, tem por competência exclusiva e indelegável a representação judicial e extrajudicial do Estado, além do desempenho das funções de assessoramento, de consultoria jurídica do Poder Executivo, de outros encargos que lhe forem outorgados por lei.

**45.** Com relação às limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição Estadual, julgue as assertivas a seguir:

- I – É vedado ao Estado e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- II – É vedado ao Estado e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;
- III – As normas do processo administrativo fiscal subordinam-se ao princípio da reserva legal.

Assinale a alternativa correta:

- a) I e II estão corretas;
- b) III está incorreta;
- c) I, II e III estão incorretas;
- d) I, II e III estão corretas;
- e) apenas a II está correta.

**46.** A Constituição Estadual determina no art. 178 que “Nos limites de suas respectivas competências, o Estado e os Municípios promoverão o desenvolvimento econômico e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os princípios da justiça social, visando à elevação do nível de vida e ao bem-estar da população”. Além disso, que para esse objetivo seja alcançado, o Estado deve tomar algumas providências. Assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas providências:

- a) planejará o desenvolvimento econômico para o setor público e não intervirá no setor privado, através de um Conselho de Desenvolvimento Econômico a ser regulado por lei, com a participação dos seus representantes;
- b) coibirá, nos termos da lei, o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros;
- c) favorecerá, com incentivos, as indústrias beneficiadoras de matéria-prima local;
- d) incentivará a implantação, em seu território, de novas empresas de pequeno, médio e grande porte;
- e) concederá atenção especial à proteção do trabalho, como fator preponderante da riqueza.

**Simulado PGE-PB Legislação Local 16/11/19**

**47.** A respeito da Política Urbana prevista na Constituição do Estado da Paraíba assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) as desapropriações dos imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- b) o Estado assistirá os Municípios na elaboração dos planos diretores, caso o solicitem.
- c) pode ser exercida a iniciativa de projetos de lei, de interesse específico de cidade ou de bairros, mediante a manifestação de pelo menos cinco por cento do eleitorado.
- d) a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade, após parcelamento ou edificação compulsória, e estabelecimento de imposto progressivo no tempo, ocorrerá mediante pagamento em dinheiro.
- e) o Estado só poderá construir penitenciárias em área não compreendida no perímetro urbano.

**48.** A respeito das disposições sobre o turismo estabelecidas pela Constituição do Estado da Paraíba, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o Estado apoiará e incentivará o turismo enquanto atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e de desenvolvimento social e cultural.
- b) o Estado, juntamente com os segmentos envolvidos no setor, definirá a política estadual de turismo, observadas, dentre outras, a diretriz de ação de apoio a programas de orientação e de divulgação do turismo regional.
- c) o Estado, juntamente com os segmentos envolvidos no setor, definirá a política estadual de turismo, observadas, dentre outras, a diretriz de ação de apoio à iniciativa privada, no desenvolvimento de programas de lazer e entretenimento para a população de modo geral.
- d) o Estado, juntamente com os segmentos envolvidos no setor, definirá a política estadual de turismo, observadas, dentre outras, a diretriz de adoção de plano integrado e permanente, estabelecido em lei, para o desenvolvimento do turismo no Estado, observado o princípio da regionalização.
- e) o estímulo à produção artesanal típica de cada região do Estado, mediante política de redução de tarifas devidas por serviços estaduais, conforme especificação em lei, não é uma ação relacionada ao turismo, mas à promoção da cultura

**49.** Assinale a alternativa correta com relação às disposições gerais trazidas pela Constituição Estadual sobre a Ordem Social:

- a) a seguridade social compreende o conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- b) a seguridade social compreende o conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência social.
- c) a assistência social compreende o conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à seguridade social.
- d) a previdência social compreende o conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à seguridade e à assistência social.
- e) a saúde compreende o conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à seguridade, à assistência e à previdência social.

**50.** Com relação às disposições da Constituição Estadual sobre a educação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o Estado e os Municípios aplicarão anualmente, no mínimo, vinte por cento de sua receita de imposto, inclusive a resultante de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- b) os Municípios promoverão o mapeamento escolar, estabelecendo critérios para a ampliação e a interiorização da rede escolar pública.
- c) o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: cumprimento das normas gerais da educação nacional e autorização e avaliação da qualidade de ensino pelo Poder Público.
- d) o ensino religioso nas escolas é de oferta e de matrícula obrigatória aos alunos.
- e) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo.

***Confira nosso curso:***

***Promoção: Curso para PGE-PB***

